



CONCURSO COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE NOVA IGUAÇU - RJ

CONCURSO PÚBLICO

MATUTINO

PROVAS OBJETIVAS – ADVOGADO

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição, cargo para o qual se inscreveu.
2. Confira se a prova que recebeu é para o cargo ao qual se inscreveu.
3. Assine seu cartão-resposta.
4. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
5. Sua prova tem **40** questões, com **4** alternativas.
6. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas ou rasuradas ou marcadas diferente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
7. O cartão-resposta não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
8. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, o fiscal não poderá fazer nenhuma interferência.
9. A prova será realizada com duração máxima de **3h**, incluído o tempo para a realização da prova objetiva e o preenchimento do cartão-resposta.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas depois de decorrida **1h** do início das mesmas. Contudo, não poderá levar consigo o caderno de provas enquanto não obtiver autorização expressa para tanto, sob pena de ser excluído do concurso.
11. O candidato somente poderá se retirar da sala de provas levando o caderno de provas depois **1h30min** do início das mesmas.
12. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar o cartão-resposta preenchido e assinado, ao fiscal de sala.
13. Os **3** (três) últimos candidatos que realizarem a prova devem permanecer na sala para acompanhar o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes e assinar a ata de sala atestando que o envelope foi devidamente lacrado.

BOA PROVA!

**PROVAS OBJETIVAS – ADVOGADO
LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia a tirinha abaixo com atenção para responder às questões que seguem:



Disponível em: <http://www.monica.com.br/cookpage/cookpage.cgi?ipag=comics/tirinhas/tira297> (acesso: 10 maio de 2010)

01. A “força diferenciadora, centrífuga, que caracteriza o perpétuo devenir das línguas” a que Evanildo Bechara se refere (2000, p.51), é observada:

- a) Na fala dos personagens da tirinha.
- b) Na norma padrão.
- c) Na língua normatizada.
- d) Apenas na fala de pessoas não escolarizadas.

02. De acordo com a definição de Cunha e Cintra (1985, p.1), está correto afirmar que a fala de Chico Bento representa:

- a) A língua.
- b) A linguagem.
- c) O discurso.
- d) A norma.

03. Cereja e Magalhães definem as variedades linguísticas como variações que uma língua apresenta em razão das condições sociais, culturais, regionais nas quais é utilizada. Assim, a variação linguística expressa na tirinha deve ser considerada:

- a) Gíria.
- b) Regional.
- c) Estilística.
- d) Sociológica.

04. Na tirinha, aparecem acentuadas apenas:

- a) Monossílabas tônicas.
- b) Monossílabas átonas.
- c) Monossílabas e oxítonas tônicas.
- d) Monossílabas e oxítonas átonas.

Compare os textos abaixo:

No meio do caminho tinha
uma pedra...
E uma ponta de cigarro,
e uma lata de lixo,
e até cacos de vidro.



No meio do caminho
No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.
Nunca me esquecerei desse
acontecimento
na vida de minhas retinas tão
fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do
caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.
Carlos Drummond de Andrade

05. Os textos acima cumprem diferentes funções e possuem objetivos distintos. Há, contudo, entre eles, o que Ingedore Koch chama de:

- a) Alusão referencial.
- b) Intertextualidade.
- c) Dialogismo.
- d) Paráfrase.

06. Em relação ao enunciado: “No meio do caminho tinha uma pedra...” que aparece tanto no anúncio como no poema, está CORRETO afirmar que há o uso da linguagem:

- a) Metafórica em ambos.
- b) Referencial em ambos.
- c) Denotativa e conotativa, respectivamente.
- d) Conotativa e denotativa, respectivamente.

07. A coesão, segundo Ingedore Koch, ocorre quando há ligação, relação entre as palavras, expressões ou frases do texto, evitando a repetição desnecessária de palavras, termos e expressões e contribuindo assim para a coerência textual. Com base nesta afirmação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não há coesão no anúncio do Ibama, pois há a repetição desnecessária de “e”.
- b) Embora haja repetição do “e”, esta é estilística e contribui para a coerência do texto.
- c) A repetição desnecessária de “e” acaba prejudicando a compreensão textual, neste caso.
- d) Não houve coesão, porém, a coerência não foi prejudicada.

08. “Nunca me esquecerei desse acontecimento” A flexão do verbo destacado no trecho está corretamente analisada na alternativa:

- a) 1ª pessoa do singular do futuro do presente do indicativo.
- b) 1ª pessoa do singular do futuro do pretérito do indicativo.
- c) 3ª pessoa do singular do futuro do presente do indicativo.
- d) 3ª pessoa do singular do futuro do pretérito do indicativo.

09. Observe atentamente o enunciado: “Nunca me esquecerei que no meio do caminho”. De acordo com a norma culta, seguindo o rigor da gramática tradicional, a regência correta do verbo destacado neste contexto seria:

- a) “Nunca me esquecerei que no meio do caminho”, como no texto.
- b) “Nunca esquecerei de que no meio do caminho”, diferentemente do texto.
- c) “Nunca me esquecerei no meio do caminho”, diferentemente do texto.
- d) “Nunca me esquecerei de que no meio do caminho”, diferentemente do texto.

10. Compare: “Nunca me esquecerei desse acontecimento” e “Nunca me esquecerei que no meio do caminho tinha uma pedra”. Analise as afirmações abaixo sobre os dois enunciados apresentados:

- I. Ambos são períodos compostos por coordenação.
- II. Ambos são períodos compostos por coordenação e subordinação.

III. O primeiro é um período simples e o segundo é um período composto.

IV. “desse acontecimento” é apenas objeto do verbo, ao passo que “que no meio do caminho tinha uma pedra” constitui uma oração subordinada substantiva objetiva que completa a oração principal.

V. Ambos têm apenas objetos.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas I e V estão corretas.
- b) Apenas III e IV estão corretas.
- c) Apenas III e V estão corretas.
- d) Apenas II e V estão corretas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Em relação ao controle de constitucionalidade de leis em nosso ordenamento jurídico, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O Supremo Tribunal Federal não admite Ação Direta de Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo já revogado ou cuja eficácia já tenha se esgotado e de súmula.
- b) Pode propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade a Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, entre outros elencados no art. 103 da Constituição Federal.
- c) O controle difuso caracteriza-se pela permissão a todo e qualquer juiz ou tribunal realizar no caso concreto a análise sobre a compatibilidade do ordenamento jurídico com a Constituição Federal, entretanto a lei ou ato permanecem válidos com relação a terceiros.
- d) A Constituição Federal previu excepcionalmente somente uma hipótese em que o controle de constitucionalidade repressivo será realizado pelo próprio Legislativo.

12. Acerca da teoria do Poder Constituinte, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O Poder Constituinte Derivado Reformador só estará presente nas constituições rígidas.
- b) A reforma da Constituição é obra do Poder Constituinte Originário, que é inicial e ilimitado.
- c) O Poder Constituinte Derivado conhece limitações constitucionais expressas e implícitas e é passível de controle de constitucionalidade.
- d) A Outorga e Assembleia Nacional Constituinte são formas básicas de expressão do Poder Constituinte Originário.

13. Com a finalidade de preservação dos princípios constitucionais da Administração Pública, determinou-se, em regra a obrigatoriedade da licitação. No que tange à licitação, pode-se afirmar que:

- a) O dispositivo constitucional estabeleceu a obrigatoriedade, não reconhecendo a existência de exceções.
- b) Ocorrerão hipóteses de inexigibilidade quando houver impossibilidade jurídica de competição.
- c) A Constituição Federal exige somente a licitação na contratação de obras.
- d) Ao legislador ordinário será possível estabelecer arbitrariamente hipóteses de dispensa de licitação.

14. Em relação aos remédios constitucionais, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Não cabe Mandado de Injunção contra norma constitucional autoaplicável.
- b) O Habeas Corpus é uma ação constitucional de caráter penal, isenta de custas e que visa evitar ou cessar violência ou ameaça na liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Não se trata de uma espécie de recurso.
- c) Através do Habeas Data pode-se pleitear informações relativas ao impetrante e a terceiros.
- d) Não cabe Mandado de Segurança quando houver recurso administrativo com efeito suspensivo e contra decisão judicial com trânsito em julgado.

15. É correto afirmar, em relação à Administração Pública e ao servidor público, que:

- a) Os cargos, empregos e funções públicas podem ser exercidos por brasileiros e estrangeiros, na forma da lei.
- b) São princípios da Administração Pública elencados na Constituição Federal de 1988: a legalidade, moralidade, exclusividade, moralidade e publicidade.
- c) É vedada pela Constituição Federal a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, entre outras hipóteses, a de dois cargos de professor com outro técnico ou científico.
- d) Os servidores públicos são estáveis após três anos de efetivo exercício em virtude de aprovação em concurso público, podendo perder o cargo somente em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

16. No que diz respeito aos Direitos Fundamentais, analise as seguintes afirmativas:

I - Quando houver conflito entre dois ou mais direitos ou garantias fundamentais deve-se utilizar o princípio da concordância prática.

II - Os direitos fundamentais de primeira geração seriam os direitos de igualdade.

III - Os direitos enunciados e garantidos pela constituição são apenas de brasileiros.

IV - A Constituição de 1988 dispõe que é plena a liberdade de associação para fins lícitos, sem nenhuma vedação.

V - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata. Somente é CORRETO o que se afirma em:

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) III e V.
- d) I e V.

17. Diante das inúmeras classificações de atos administrativos, correlacione a coluna da esquerda com a coluna da direita, e assinale a alternativa correspondente:

I – Atos complexos.

II – Atos constitutivos.

III – Atos vinculados.

IV – Atos enunciativos.

1 – São aqueles que o agente pratica reproduzindo os elementos que a lei previamente estabelece.

2 – São aqueles que indicam juízos de valor, dependendo, portanto, de outros atos de caráter decisório.

3 – São aqueles cuja vontade final da Administração exige a intervenção de agentes ou órgãos diversos, havendo certa autonomia, ou conteúdo próprio, em cada uma das manifestações.

4 – São aqueles que alteram uma relação jurídica, criando, modificando ou extinguindo direitos.

- a) I-1, II-3, III-2 e IV-4.
- b) I-2, II-1, III-4 e IV-3.
- c) I-4, II-2, III-3 e IV-1.
- d) I-3, II-4, III-1 e IV-2.

18. Quanto ao tema contratos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia e fiança bancária são modalidades de garantias que poderão ser exigidas no contrato administrativo.
- b) Em decorrência do princípio da impessoalidade, os contratos administrativos formalizados mediante procedimento licitatório não possuem a natureza *intuitu personae*.
- c) Nas alterações unilaterais, são admitidas as supressões nas obras, serviços ou compras excedendo os limites previstos na legislação, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.
- d) Dentre os pressupostos de aplicação da teoria da imprevisão, deve-se verificar que o fato venha a causar significativo desequilíbrio no contrato.

19. No tocante ao tema desapropriação, analise as alternativas abaixo e assinale a INCORRETA.

- a) A utilidade pública, a necessidade pública e o interesse social são considerados pressupostos da desapropriação.
- b) Dentre os efeitos da fase executória, podemos citar a permissão ao Poder Público em ingressar no prédio objeto da desapropriação.
- c) A fase declaratória competirá tanto ao Poder Executivo quanto ao Poder Legislativo, sendo que a fase executória se dará via administrativa, e em alguns casos, via judicial.
- d) Ocorrerá tredestinação quando a destinação do bem expropriado se encontrar em desconformidade com o plano inicialmente previsto na fase declaratória.

20. Observamos na doutrina a classificação de serviços públicos considerando a sua essencialidade, adequação, finalidade e destinatários. Quanto à adequação, podemos classificar os serviços públicos em:

- a) Próprios e Impróprios do Estado.
- b) Públicos e de utilidade pública.
- c) Administrativos e industriais.
- d) *Uti universi* e *uti singuli*.

21. Acerca da responsabilidade civil da Administração, analise os itens abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

I – O artigo 37, §6º, da Constituição Federal estabelece a responsabilidade civil objetiva da Administração, que, segundo seu texto, a Administração será responsabilizada se o dano a terceiros ocorrer por atos de seus agentes, nessa qualidade, nos casos de dolo ou culpa.

II – Ocorrendo julgamento na esfera penal, quaisquer efeitos oriundos da sentença penal não incidirão nas esferas civil e administrativa.

III – Diante da adoção da responsabilidade civil objetiva, na modalidade do risco administrativo, a Administração responderá independentemente da verificação do nexa causal entre a conduta de seu agente e o dano ocorrido a terceiros.

- a) Todos os itens estão incorretos.
- b) Somente os itens I e II estão incorretos.
- c) Somente os itens I e III estão incorretos.

d) Somente os itens II e III estão incorretos.

22. Podemos verificar na doutrina, quanto à aquisição de bens pela Administração, que os modos de adquirir a propriedade imobiliária são apartados, quanto à origem, em dois grupos, sendo eles o originário e o derivado. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que apresenta o modo originário de aquisição.

- a) Aquisição por ato de última vontade.
- b) Aquisição por doação em pagamento.
- c) Aquisição por acessão.
- d) Aquisição por doação.

23. A Lei Federal nº. 8.429/92 estabelece que, independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade que cause prejuízo ao erário sujeito às seguintes cominações, dentre outras:

- a) Perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de cinco a dez anos.
- b) Perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos.
- c) Perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos
- d) Perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos.

24. Acerca da legalidade do contrato de prestação de serviços, conforme o entendimento jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.
- b) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que constem do título executivo extrajudicial.
- c) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional.
- d) A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário.

25. De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho e o disposto na CLT, no que concerne ao empregador, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho.
- b) Considera-se empregador rural a pessoa física, proprietário ou não, que explore atividade agroeconômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados.
- c) Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, subsidiariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.
- d) Diante da inexistência de previsão legal, o contrato de empreitada entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora.

26. Sobre os acordos e convenções coletivas do trabalho, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Acordo Coletivo de Trabalho é o acordo de caráter normativo pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.
- b) As condições estabelecidas em Convenção, mesmo quando mais favoráveis, jamais prevalecerão sobre as estipuladas em Acordo.
- c) As convenções e os acordos serão celebrados por escrito, sem emendas nem rasuras, em tantas vias quantos forem os Sindicatos convenentes ou as empresas acordantes, além de uma destinada a registro.
- d) As condições de trabalho alcançadas por força de sentença normativa, convenção ou acordo coletivos vigoram no prazo assinado, mas integram, de forma definitiva, os contratos individuais de trabalho, caso mais favoráveis ao empregado.

27. Sobre a organização e competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, e

os demais dentre juízes do Trabalho dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.

b) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver qualquer matéria, bem como as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.

c) De acordo com a Emenda Constitucional nº 45, as ações acidentárias, que derivam de acidente de trabalho, promovidas pelo trabalhador segurado em face do INSS serão de competência da Justiça do Trabalho.

d) A relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no país de prestação de serviço e não por aquelas do local da contratação.

28. No que pertine aos prazos processuais na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA.

a) Os prazos contam-se com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irrelevantes, podendo, entretanto, ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo juiz ou tribunal, ou em virtude de força maior, devidamente comprovada.

b) Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato, bem como sua contagem.

c) O recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho interrompem os prazos recursais.

d) A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau e superiores, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.

29. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada:

a) Equidade; princípios gerais de direito tributário; analogia; princípios gerais de direito público.

b) Analogia; equidade; princípios gerais de direito público; princípios gerais de direito tributário.

c) Princípios gerais de direito tributário; equidade; princípios gerais de direito público; analogia.

d) Analogia; princípios gerais de direito tributário; princípios gerais de direito público; equidade.

30. Acerca da obrigação tributária, marque a alternativa INCORRETA.

a) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo e extingue-se juntamente com o crédito dele decorrente.

b) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

c) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

d) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente a penalidade pecuniária.

31. No que é pertinente ao instituto da solidariedade na legislação tributária, assinale a alternativa CORRETA.

a) São solidariamente obrigadas apenas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.

b) A solidariedade referida no art. 124 do Código Tributário Nacional não comporta benefício de ordem.

c) Salvo disposição de lei em contrário, o efeito da solidariedade será apenas que o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.

d) Salvo disposição de lei em contrário, os efeitos da solidariedade serão os seguintes: pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais e a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

32. Não se inclui nas hipóteses de suspensão do crédito tributário:

a) Moratória.

b) Transação.

c) Concessão de medida liminar em mandado de segurança.

d) Parcelamento.

33. Quanto ao instituto do lançamento, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

b) A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.

- c) O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa somente quando a lei assim o determine ou quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória.
- d) Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

34. A ação rescisória é medida utilizada para rescindir a sentença de mérito que já transitou em julgado, quando ocorrer alguma das situações previstas no Código de Processo Civil. Nestes termos, é CORRETO dizer que:

- a) O autor deverá depositar a importância de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, a título de multa, caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível, ou improcedente.
- b) O relator mandará citar o réu, assinando-lhe prazo nunca inferior a 10 (dez) dias nem superior a 30 (trinta) dias para responder aos termos da ação.
- c) O autor não pode cumular ao pedido de rescisão um pedido de novo julgamento da causa.
- d) Tem legitimidade para propor a ação o Ministério Público quando a sentença é o efeito de colusão das partes, a fim de fraudar a lei.

35. O Código de Processo Civil estabelece que o réu poderá oferecer, no prazo de 15 (quinze) dias, em petição escrita, dirigida ao juiz da causa, contestação, exceção e reconvenção. Se o autor desistir da ação quanto a algum réu ainda não citado, o prazo para a resposta correrá:

- a) Da última contestação apresentada, quando já houver citado os outros réus.
- b) Da intimação do despacho que deferir a desistência.
- c) Independente da desistência quanto ao outro réu.
- d) Salvo se este réu comparecer espontaneamente no processo.

36. A ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel. No tocante a este assunto, é possível dizer que:

- a) Estando a petição inicial devidamente instruída, o Juiz deferirá de plano a expedição do mandado de pagamento ou de entrega da coisa no prazo de dez dias.
- b) Os embargos dependem de prévia segurança do juízo e serão processados em autos apartados, pelo procedimento ordinário.
- c) No prazo de quinze dias, poderá o réu oferecer embargos, que suspenderão a eficácia do mandado inicial. Se os embargos não forem opostos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo.
- d) Cumprindo o réu o mandado, ficará isento de honorários advocatícios, mas arcará com as custas processuais.

37. Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de:

- a) Vinte por cento.
- b) Quinze por cento.
- c) Dez por cento.
- d) Um por cento.

38. Dentre as modalidades de obrigações previstas no Código Civil, estão as obrigações divisíveis e indivisíveis. No tocante a esta modalidade, é CORRETO afirmar que:

- a) Não perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.
- b) Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação não for divisível, cada um será obrigado pela dívida toda.
- c) O devedor que paga a dívida, sub-roga-se no direito de devedor em relação aos outros coobrigados.
- d) Se um dos credores remitir a dívida, a obrigação ficará extinta para com os outros.

39. Em termos genéricos, pode-se dizer que a prescrição é a perda do direito da ação. O Código Civil estabelece alguns prazos de prescrição e assevera que quando a lei não haja fixado prazo menor, a prescrição ocorrerá em:

- a) Trinta anos.
- b) Vinte anos.
- c) Dez anos.
- d) Cinco anos.

40. No tocante ao contrato, previsto pelo Código Civil, reputar-se-á celebrado no lugar em que:

- a) Foi proposto.
- b) Foi aceito.
- c) Foi comprometido esperar a resposta.
- d) Houve a retratação.

RASCUNHO: